

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

PROTOCOLO N.º 24.0.000001679-5

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90035/2025, tendo por objeto a **Contratação de empresa para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas e limpeza de reservatórios de água**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico n.º 90035/2025
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	02/12/2025, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. A Pregoeira deste certame é a servidora Larissa Alas Mayer, designada pela Portaria DPG n.º 90/2025.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão é a **Contratação de empresa para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas e limpeza de reservatórios de água para a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR)**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$52.081,48 (cinquenta e dois mil, oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 2025NR000239.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, n.º 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.1.1. A PARTICIPAÇÃO NESTA CONTRATAÇÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, sendo vedada, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, a possibilidade de ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. **O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento), em relação ao valor unitário.**

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. **O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.**

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo III.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);

c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná

(<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e

(<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo II, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

c) qualificação econômico-financeira;

d) qualificação técnica.

13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.5.1. Qualificação Técnico Operacional

13.5.1.1. Declaração da empresa se responsabilizando integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

13.5.1.2. Apresentar alvará de funcionamento, devendo estar devidamente licenciado pela autoridade sanitária e ambiental competente.

13.5.1.3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da empresa licitante, emitida pelo respectivo Conselho Profissional, conforme o caso.

13.5.1.4. A empresa deverá fornecer 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica (ACT) (fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado), que



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

comprove o quantitativo de, no mínimo, 50% do objeto a ser contratado (desinsetização/desratização e limpeza de caixa d'água), conforme Anexo IV, Art. 9º, II e Anexo IV, Art. 9º, §4º, III. A medida se justifica, para garantir que o futuro contratado tenha capacidade de desempenhar as atividades solicitadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná-DPE/PR.

13.5.2. Qualificação Técnico Profissional.

13.5.2.1. Deverá ser apresentada Certidão de Registro de Pessoa Física, emitida pelo respectivo Conselho Profissional, referente ao profissional indicado como Responsável Técnico da licitante (preencher a Declaração de Responsável Técnico constante do Apêndice II).

13.5.2.1.1. Considera-se profissional habilitado para a atividade de responsabilidade técnica aquele que possua comprovação oficial de competência para o exercício da função, emitida pelo respectivo Conselho Profissional, nos termos da Resolução RDC nº 622, de 29 de fevereiro de 2022.

13.5.2.1.2. Serão admitidas substituições do responsável técnico apenas por outro profissional com experiência equivalente ou superior e devidamente registrado como responsável técnico da proponente perante o respectivo Conselho de Classe, desde que de forma justificada e mediante prévia aprovação da DPE/PR.

13.5.2.2. O Responsável Técnico deverá comprovar vínculo com a empresa licitante, seja como integrante do quadro permanente ou como contratado autônomo, mediante apresentação de cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do Conselho Profissional, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT.

13.5.2.2.1. A exigência de comprovação do vínculo poderá ser substituída, no momento da habilitação, por declaração de compromisso futuro, devendo a documentação comprobatória ser apresentada na fase de contratação.

13.5.3. Da Vistoria

13.5.3.1. As empresas poderão realizar vistorias nos locais de execução dos serviços, a fim de avaliar o serviço a ser executado, conferir in loco as áreas internas e externas das sedes e, caso necessário, sanarem dúvidas relativas à execução dos serviços.

13.5.3.2. Caso opte por realizar a vistoria, a mesma deverá ser agendada previamente pela licitante no horário a combinar com o(a) gestor de cada sede, pelo(s) e-mail(s) indicado(s) no item 9.4.2 do Termo de Referência.

13.5.3.3. A vistoria é facultativa. A licitante que optar por não realizá-la deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento dos termos do edital e seus anexos (apêndice I), bem como das condições de realização dos serviços em cada um dos locais de sua execução. A não realização da vistoria não constitui motivo para negativa de realização de qualquer serviço ou fornecer equipamentos objeto desta contratação.

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.6.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.7. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas e limpeza de reservatórios de água para a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).

1.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de controle de pragas urbanas nas sedes da instituição, com o objetivo de garantir um ambiente seguro e salubre para servidores, assistidos e demais usuários. Atualmente, não há equipe interna capacitada para a execução desses serviços, e os contratos vigentes para a prestação desses serviços, de números 027/2022, 015/2023, 016/2024, 017/2024, 019/2024, 020/2024, 021/2024, 032/2024 e 033/2024, encontram-se na iminência do fim.

1.3. As quantidades estimadas para a contratação foram definidas com base em levantamentos realizados pela Coordenadoria de Serviços de Manutenção.

1.4. Objetiva-se com a presente contratação:

a) Manter as instalações da DPE/PR livres de pragas urbanas e vetores de doenças, proporcionando um ambiente seguro e adequado para o atendimento ao público e o desempenho das atividades institucionais.

b) Assegurar a aplicação de medidas preventivas e corretivas eficazes, reduzindo a incidência de infestações e a necessidade de intervenções emergenciais.

c) Promover a preservação da infraestrutura predial, evitando danos causados por cupins, roedores e outras pragas que possam comprometer a estrutura dos imóveis.

d) Minimizar riscos à saúde pública, prevenindo a disseminação de doenças e doenças associadas a pragas urbanas, como leptospirose, dengue e hantavirose.

e) Garantir a conformidade com normas sanitárias e regulamentações ambientais, utilizando produtos devidamente registrados e métodos de aplicação seguros.

1.5. Abaixo segue planilha com descrição sumária dos serviços separados por grupos:

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 1	Curitiba e Região Metropolitana - Sede Administrativa – R. Mateus Leme, 1908, Centro Cívico, 80530-010. Curitiba-PR				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE TOTAL (12 meses)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 meses)
1	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza em Caixa d'água	R\$ 320,25	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 1.281,00



		Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 10.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura do prédio			
2	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza em Caixa d'água</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 5.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$) 217,57	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 870,28
3	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: cisterna d'água pluvial em PVC Capacidade de cada caixa: 14.000 litros Quantidade: 1 Cisterna Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -1.	(R\$) 433,32	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$) 866,64
4	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável.</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 310 litros Quantidade: 4 Caixas d'água. Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$)100,00	8 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 800,00
5	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável.</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 1 Caixa d'água. Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$) 156,00	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 312,00
6	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (4.381,79 m²)	(R\$) 1.367,09	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 2.734,18
TOTAL SEDE 1 - R\$ 6.864,10					
(SEDE 2) - Sede Núcleos/EDEPAR/Corregedoria – R. Benjamin Lins, 779, Batel, 80420-100. Curitiba-PR					
7	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 15.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura do Anexo.	(R\$) 378,64	4 (Duas limpezas anuais por caixa)	(R\$)1.514,56
8	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água potável</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 15.500 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$) 430,00	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$) 860,00
9	UNIDADE	CATSER: 13595	(R\$) 557,19	2	(R\$) 1.114,38



		<u>Limpeza de Cisterna de d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 16.600 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -1.		(Duas limpezas anuais por cisterna)	
10	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 6.600 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$) 283,25	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$) 566,50
11	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Poço de inspeção d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: Poço d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 2.500 litros Quantidade: 1 Poço de inspeção d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$) 325,00	2 (Duas limpezas anuais por poço)	(R\$) 650,00
12	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (3.130,22m²)	(R\$) 1.210,39	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 2.420,78
TOTAL SEDE 2 – R\$					7.126,22
(SEDE 3) - Sede Central de Atendimento – R. José Bonifácio, 66, Centro, 80020-130 Curitiba-PR					
13	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 3.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$) 213,88	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 855,52
14	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 5.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$) 230,00	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 920,00
15	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 3.000 litros Quantidade: 3 Cisternas de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro dos banheiros do Térreo.	(R\$) 225,91	6 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$) 1.355,46
16	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água potável</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 62.500 litros	(R\$) 900,00	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$) 1.800,00



		Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo.			
17	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (3.613,99 m²)	(R\$) 1.259,64	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 2.519,28
TOTAL SEDE 3 – R\$					7.450,26
(SEDE 04) - São José dos Pinhais - Largo Vereador Segismundo Salata, 192, Centro, 83005-115.					
18	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$) 160,67	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 642,68
19	UNIDADE	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (508,27 m²)	(R\$) 454,41	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 908,82
TOTAL SEDE 4 – R\$					1.551,50
(SEDE 05) Centro de Distribuição e Logística (CDL) - Av. São Gabriel, 433, Roça Grande, 83404-642.					
20	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 3 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$) 160,89	6 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 965,34
21	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1645,00 m²)	(R\$) 952,24	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 1.904,48
TOTAL SEDE 5 – R\$					2.869,82
(SEDE 06) Centro integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (CIAADI) – R. Pastor Manoel Virgílio de Souza, nº 1.310, Capão da Imbuia, 82810-400.					
22	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 310 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro Copa.	(R\$) 110,00	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 220,00
23	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (75,55 m²)	(R\$) 221,39	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 442,78
TOTAL SEDE 6 – R\$					662,78
(SEDE 07) Complexo Penitenciário Piraquara (DEPEN) - R. Isídio Alves Ribeiro, Planta Meireles, Complexo Penitenciário, 83304-240.					



24	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$) 155,44	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 310,88
25	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (61,4 m²)	(R\$) 235,96	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 471,92
TOTAL SEDE 7 – R\$ 782,80					
TOTAL GRUPO 1 R\$ 27.307,48					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
LITORAL - Paranaguá - Edifício Paranaguá Business Center – R. Baronesa do Cerro Azul, 937, João Gualberto, 83203-550.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
26	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (407,55 m²)	(R\$) 458,88	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 917,76
TOTAL DO ITEM - R\$ 917,76					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 2	REGIÃO CENTRO ORIENTAL – (SEDE 1) Ponta Grossa - Fórum Estadual – R. Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 300, Oficinas, 84035-310.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
27	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 3.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$) 227,94	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 911,76
28	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.551,10 m²)	(R\$) 1.096,93	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 2.193,86
TOTAL R\$ 3.105,62					
REGIÃO CENTRO ORIENTAL – (SEDE 2) - Sede Castro - R. Padre Damaso, 81, Centro, 84165-210.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)



29	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400,00 m²)	(R\$) 348,38	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 696,76
TOTAL GRUPO 2 – R\$3.802,38 6					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
OESTE I - Sede Foz do Iguaçu – Av. Brasil, nº 1829, Edifício Comercial Life, Centro, 85851-000					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
30	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (688,30 m²)	(R\$) 589,89	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 1.179,78
TOTAL DO ITEM – R\$ 1.179,78					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
OESTE II- Sede Cascavel - R. São Paulo, 346, Centro, 85801-020.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
31	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (654,00 m²)	(R\$) 589,89	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 1.179,78
TOTAL DO ITEM – R\$ 1.179,78					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 3	CENTRO-SUL - Sede Guarapuava – Av. Manoel Ribas, 2537, Centro, 85010-180.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
32	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$) 175,00	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 350,00
33	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.212,97 m²)	(R\$) 1.035,62	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 2.071,24
TOTAL GRUPO 3 – R\$ 2.421,24					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
CENTRO-SUL II - Sede de União da Vitória - R. Costa Carvalho, 495, Centro, 84600-000.					



ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
34	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400,00 m²)	(R\$) 384,75	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 769,50
TOTAL DO ITEM R\$ 769,50					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 4	SUDOESTE – (SEDE 1) - Sede Pato Branco - Fórum Estadual – R. Maria Bueno, 284, Sambugaro, 85501-560.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
35	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400,00 m²)	(R\$) 384,75	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 769,50
TOTAL DO ITEM R\$ 769,50					
SUDOESTE – (Sede 2) - Francisco Beltrão – R. Tenente Camargo, 1312, Presidente Kennedy, 85605-090.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
36	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses)	(R\$) 117,00	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 234,00
37	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (504,00 m²)	(R\$) 449,50	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 899,00
TOTAL					1.133,00
TOTAL GRUPO 4 – R\$ 1.902,50					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 5	CENTRO-OCIDENTAL/NOROESTE – (Sede 1) Campo Mourão – R. Santa Cruz, 923, Centro, 87300-440.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
38	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Local: Forro.	(R\$) 117,00	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 234,00



39	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (373,75 m²).	(R\$) 397,94	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 795,88
TOTAL – R\$ 1.029,88					
CENTRO-OCIDENTAL/NOROESTE (SEDE 02) Cianorte – R. Fernão Dias, 95, Zona 1, 87200-107.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
40	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400 m²).	(R\$) 384,75	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 769,50
TOTAL – R\$ 769,50					
TOTAL GRUPO 5 – R\$ 1799,38					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 6	Região Noroeste II - Sede Paranavaí – R. Getúlio Vargas, 620, Centro, 87702-290.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
41	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses).	(R\$) 117,00	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 234,00
42	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400 m²).	(R\$) 384,75	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 769,50
TOTAL GRUPO 6 – R\$ 1.003,50					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
Região Noroeste III - Sede Umuarama – R. Desembargador Munhoz de Mello, 3792, 2º andar - Zona I, 87501-180.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
43	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (283,57 m²).	(R\$) 330,46	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 660,92
TOTAL DO ITEM – R\$ 660,92					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 7	REGIÃO NORTE I - Sede Londrina - Av. Bandeirantes, 263, Vila Ipiranga, 86010-020.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
44	UNIDADE	CATSER: 13595	(R\$) 306,67	4	(R\$) 1.226,68



		<u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 9.500 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Local: Forro.		(Duas limpezas anuais por caixa d'água)	
45	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 8.000 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo.	(R\$) 288,63	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$) 577,26
46	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.576,17 m²).	(R\$) 982,00	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 1.964,00
TOTAL GRUPO 7 – R\$ 3.767,94					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 8	REGIÃO NORTE II - Sede Maringá - Av. Tiradentes, 1289, Zona 4, 87013-344.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
47	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 4 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Local: Forro.	(R\$) 117,00	8 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 936,00
48	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.444,77 m²).	(R\$) 947,00	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 1.894,00
TOTAL GRUPO 8 - R\$ 2.830,00					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
GRUPO 9	REGIÃO NORTE III - Sede Apucarana - R. Professor Erasto Gaertner, 126, Centro, 86800-280.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
49	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses).	(R\$) 157,50	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$) 630,00



50	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (534,76 m²).	(R\$) 477,33	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 954,66
TOTAL GRUPO 9 - R\$ 1.584,66					

EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
REGIÃO NORTE - Sede Cornélio Procópio – Av. Santos Dumont, 635, Centro, 86300-000.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
51	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (571,81 m²).	(R\$) 477,33	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$) 954,66
TOTAL DO ITEM – R\$ 954,66					

1.6. Procedimentos Operacionais para Controle de Pragas

1.6.1. O controle integrado de pragas consiste na adoção de medidas físicas e químicas. As medidas físicas visam a modificar o meio infestado, de modo a prevenir e dificultar a formação de colônias infestantes, com intervenções como o fechamento de frestas existentes; já as medidas químicas consistem no controle de insetos e roedores com a aplicação de inseticidas e raticidas que sejam adequados aos locais, à biologia dos animais e às normas existentes.

1.6.1.1. O controle operacional compreende controle mecânico (barreira mecânica contra as pragas); controle alternativo (colocação de armadilhas de cola, gaiolas, iscas atrativas e físicas alimentares seletivas); controle químico (operacionalização do tratamento químico), entre outros que se fizerem necessários.

1.6.1.2. Os serviços de desinsetização e desratização deverão ser executados de forma conjunta, em uma única visita técnica, utilizando-se os procedimentos, produtos e equipamentos adequados para o combate simultâneo de ambas as pragas. Cada aplicação realizada será considerada como um serviço completo, abrangendo, obrigatoriamente, o controle de insetos e roedores no local tratado, não sendo admitida a execução isolada de apenas um dos controles.

1.6.2. Serviço de desinsetização

1.6.2.1. Critério de pagamento: por aplicação (área interna e área externa), quando da realização do serviço.

1.6.2.2. Periodicidade: a cada 6 (seis) meses.

1.6.2.3. Alvo: Insetos rasteiros ou voadores (baratas, formigas, lagartas, traças, pulgas, mosquitos, moscas, entre outros) e aranhas.

- 1.6.2.4. Descrição do serviço: O serviço deverá ser efetuado em todas as áreas (interna e externa), tanto para extinção como para prevenção da infestação.
- 1.6.2.5. O controle deverá ser efetuado por meio de pulverização de inseticida líquido, aplicação de gel e polvilhamento de pó.
- 1.6.2.6. Deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (extermínio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de 90 (noventa) dias).
- 1.6.2.7. O inseticida em gel deverá ser aplicado nos armários, eletrodomésticos e locais nos quais não são recomendados os processos de pulverização e polvilhamento.
- 1.6.2.8. No caso de baratas e formigas é aplicado um gel em cantos e frestas e demais áreas propícias ao abrigo e reprodução da praga; no caso de mosquitos e moscas, o inseticida é aplicado nas paredes e superfícies de repouso dos insetos, como embaixo de mesas, cadeiras etc.
- 1.6.2.9. Também é realizado o polvilhamento de inseticida em pó, utilizado para controle de pragas rasteiras, através de polvilhadeiras, em locais onde não é possível usar outras formulações, como ralos, caixas de esgoto e de gordura, conduítes, caixas de força e motor de geladeira.
- 1.6.2.10. Se o produto utilizado não puder ser aspirado por pessoas sem risco à saúde, a CONTRATADA deverá informar ao fiscal do contrato e agendar o serviço para o horário mais conveniente.
- 1.6.2.11. Os Locais de realização dos serviços deverão ser deixados limpos e organizados, bem como o descarte de qualquer entulho/lixo produzido, o qual, deverá ser feito de forma correta e em local apropriado.
- 1.6.2.12. Após a execução do serviço, a empresa contratada deve fornecer um relatório com os seguintes dados:
- 1.6.2.12.1. Data da aplicação dos produtos.
- 1.6.2.12.2. Antídotos em caso de ingestão/aspiração indevida.
- 1.6.2.12.3. Indícios de infestação no local, como por exemplo, fezes entre outros.
- 1.6.2.12.4. Presença de pontos de abrigo e aberturas passíveis de entrada de vetores e pragas.
- 1.6.2.12.5. Sugestões de medidas de controle, como telas, eliminação de abrigos ou vedação e frestas e aberturas.
- 1.6.2.12.6. Controle da eficiência das iscas: verificação de seu consumo ou rejeição, se aplicável.
- 1.6.2.12.7. Inspeção das armadilhas controle, se aplicável.
- 1.6.2.12.8. Os serviços deverão contar com garantia do prestador durante o intervalo entre uma aplicação e a próxima.
- 1.6.2.12.9. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s).
- 1.6.2.12.10. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente

utilizado(s).

1.6.2.12.11. Orientações pertinentes ao serviço executado.

1.6.2.12.12. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente.

1.6.2.12.13. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica.

1.6.2.12.14. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

1.6.2.12.15. Assinatura do responsável pela execução dos serviços;

1.6.3. Serviço de desratização

1.6.3.1. Critério de pagamento: por aplicação (área interna e área externa), quando da realização do serviço.

1.6.3.2. Periodicidade: a cada 6 (seis) meses.

1.6.3.3. Alvo: Ratos de esgoto, ratos de telhado ou ratos caseiros e os mus musculus (camundongos).

1.6.3.4. Descrição do serviço: O serviço deverá ser efetuado em todas as áreas (interna e externa) em que se denuncie a presença desse tipo de animal.

1.6.3.5. Deverão ser utilizados blocos parafinados, iscas peletizadas e pó de contato, observando-se as peculiaridades e necessidades de cada local a ser tratado, bem como as normas de segurança.

1.6.3.6. O material a ser utilizado deverá possuir um poder fulminante e não permitir a putrefação dos ratos, para que assim não ocorra circulação de ratos envenenados, disseminação de mau cheiro ou entupimentos nas tubulações, eletrodomésticos e locais nos quais não são recomendados os processos de pulverização e polvilhamento.

1.6.3.7. A Contratada deverá adotar todos os procedimentos de diluição, ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfetantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devendo estar descritos e disponíveis na forma de procedimentos operacionais padronizados, inclusive, com informações sobre o que fazer em caso de acidentes, derramamento de produtos químicos, protocolos de biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente.

1.6.3.8. Se o produto utilizado não puder ser aspirado por pessoas sem risco à saúde, a CONTRATADA deverá informar ao fiscal do contrato e agendar o serviço para o horário mais conveniente.

1.6.3.9. Após a execução dos serviços de desratização, a empresa contratada deve fornecer um relatório com os seguintes dados:

1.6.3.9.1. Data da aplicação dos produtos.

1.6.3.9.2. Antídotos em caso de ingestão/aspiração indevida.



- 1.6.3.9.3. Indícios de infestação no local, como por exemplo, fezes entre outros.
- 1.6.3.9.4. Presença de pontos de abrigo e aberturas passíveis de entrada de vetores e pragas.
- 1.6.3.9.5. Sugestões de medidas de controle, como telas, eliminação de abrigos ou vedação e frestas e aberturas.
- 1.6.3.9.6. Controle da eficiência das iscas: verificação de seu consumo ou rejeição, se aplicável.
- 1.6.3.9.7. Inspeção das armadilhas controle, se aplicável.
- 1.6.3.9.8. Os serviços deverão contar com garantia do prestador durante o intervalo entre uma aplicação e a próxima.
- 1.6.3.9.9. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s).
- 1.6.3.9.10. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s).
- 1.6.3.9.11. Orientações pertinentes ao serviço executado.
- 1.6.3.9.12. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente.
- 1.6.3.9.13. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica.
- 1.6.3.9.14. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
- 1.6.3.9.15. Assinatura do responsável pela execução dos serviços;
- 1.6.4. **Características técnicas dos produtos para controle de pragas**
 - 1.6.4.1. Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:
 - 1.6.4.1.1. Não causarem manchas.
 - 1.6.4.1.2. Serem antialérgicos.
 - 1.6.4.1.3. Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação.
 - 1.6.4.1.4. Serem de baixa toxicidade humana.
 - 1.6.4.1.5. Serem incolores e não apresentarem resíduos visíveis.
 - 1.6.4.1.6. Serem de elevado poder residual e sem efeito de repelência.
 - 1.6.4.1.7. Serem de elevada atratividade e palatabilidade.
 - 1.6.4.2. É proibida a aplicação de rodenticida na forma de pó em tubulações de ar ou fonte de ventilação que possibilitem a liberação do produto no ambiente.
 - 1.6.4.3. A técnica de aplicação deverá garantir a segurança das pessoas e a não contaminação de alimentos, medicamentos, utensílios, máquinas, plantas, animais domésticos e silvestres, entre outros.
 - 1.6.4.4. A manipulação e aplicação de desinfestantes domissanitários de uso profissional deverá ser efetuada de modo a garantir a segurança dos controladores de pragas, usuários do serviço e a proteção ao meio ambiente.
 - 1.6.4.5. Somente será permitida a utilização de iscas rodenticidas com o uso

de caixa porta iscas, ou outro dispositivo que impeça o acesso acidental ou intencional ao produto por pessoas, em especial crianças, animais domésticos ou silvestres.

1.6.4.6. Não poderão ser aplicados rodenticidas em locais aos quais, segundo informações do responsável pelo estabelecimento, crianças e animais tenham acesso.

1.6.4.7. Utilizar na execução dos serviços, somente produtos listados e liberados pelo Ministério da Saúde.

1.7. Serviço de limpeza dos reservatórios de água

1.7.1. Critério de pagamento: por unidade.

1.7.2. Periodicidade: a cada 6 (seis) meses.

1.7.3. Antes da limpeza, o funcionário da CONTRATADA deverá fechar o registro da entrada predial de água potável para aquele reservatório, bem como fechar a sua válvula de saída.

1.7.4. Antes da limpeza, o funcionário da CONTRATADA deverá fechar o registro da entrada predial de água potável para aquele reservatório, bem como fechar a sua válvula de saída.

1.7.5. Antes da limpeza, o funcionário da CONTRATADA deverá fechar o registro da entrada predial de água potável para aquele reservatório, bem como fechar a sua válvula de saída.

1.7.6. A caixa deverá ser esvaziada, direcionando a água para o sistema de esgoto ou de água pluvial. Poderão ser utilizados bombeamento para seu esvaziamento, a depender do local a ser realizado.

1.7.7. Na limpeza deverão ser utilizadas escovas de cerdas macias e panos limpos para remover toda a sujeira das paredes e do fundo do reservatório ou poço.

1.7.7.1. No caso de caixas d'água de água potável, não deverá ser utilizado sabão, detergente ou outros produtos químicos que possam contaminar a água.

1.7.8. Deverão ser removidas toda a sujeira e resíduos possíveis, tomando os devidos cuidados, quando for o caso, para que as impermeabilizações não sejam afetadas.

1.7.9. Em casos de sujidade mais resistente, é possível o uso de hidrojateamento com baixa pressão.

1.7.10. No processo de execução de limpeza de caixas d'água, cisternas e poços de drenagem a CONTRATADA deve ter o cuidado de não danificar as estruturas da DPE/PR, ocorrendo qualquer avaria, essa deverá ser reparada pela empresa, sem ônus para esta Defensoria.

1.7.11. Os locais de realização dos serviços deverão ser deixados limpos e organizados, bem como o descarte de qualquer entulho/lixo produzido, o qual, deverá ser feito de forma correta e em local apropriado;

1.7.12. Os locais de realização dos serviços deverão estar sinalizados;

- 1.7.13. Na limpeza das caixas d'água de água potável, deverá ser preparada uma solução de hipoclorito de sódio (água sanitária) na concentração recomendada pela Vigilância Sanitária local.
- 1.7.14. Deverá ser aplicada a solução em todas as paredes e no fundo da caixa d'água, deixando agir pelo tempo recomendado. Após este tempo, a caixa deverá ser esvaziada, removendo toda a solução de hipoclorito de sódio.
- 1.7.15. A caixa deverá ser enchida novamente com água limpa e esvaziada, para remover qualquer resíduo de cloro.
- 1.7.16. Após isso, a caixa d'água deverá ser enchida novamente e deverá ser realizado o teste de cloro residual livre, verificando se o nível está dentro dos parâmetros da legislação.
- 1.7.17. O poço de água pluvial deverá ser enchido e deverá ser realizado teste com a bomba submersa existente.
- 1.7.18. Na inspeção final da limpeza das caixas d'água, reservatórios e poços, deverá ser verificado se estão limpos e sem resíduos.
- 1.7.19. A tampa da caixa d'água e das cisternas deverão estar bem vedadas. Deverão ser realizados regulagem de boias de nível, quando couber.
- 1.7.20. A empresa contratada é responsável pela execução dos serviços de acordo com esta especificação técnica e as normas vigentes.
- 1.7.21. O Gestor da Sede é responsável por acompanhar a execução dos serviços e garantir que sejam cumpridos os requisitos de segurança.
- 1.7.22. Após a execução do serviço, a empresa contratada deve fornecer um relatório com os seguintes dados:
- 1.7.22.1. Data da limpeza e desinfecção.
 - 1.7.22.2. Produtos utilizados.
 - 1.7.22.3. Concentração da solução de hipoclorito de sódio.
 - 1.7.22.4. Resultado do teste de cloro residual livre.
 - 1.7.22.5. Assinatura do responsável pela execução dos serviços
 - 1.7.22.6. Este relatório deverá ser enviado ao servidor que acompanhou o serviço e posteriormente deverá ser encaminhado à Engenharia: manutencao@defensoria.pr.def.br
- 1.7.23. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob supervisão direta da Contratada, obedecendo rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes e às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.
- 1.7.24. É destacado que a empresa contratada deverá utilizar de equipamentos, ferramentas e materiais próprios, sendo vedado não realizar um serviço por falta de conhecimento ou de algum tipo de insumo, máquina ou instrumento.
- 1.7.25. Os serviços deverão ser executados de tal maneira que proporcionem

e garantam perfeitas condições de segurança aos seres humanos.

1.7.26. Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão obrigatoriamente utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à manipulação e aplicação dos produtos.

1.7.27. Os produtos saneantes desinfestantes utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme Art 3º, inciso XI da Resolução RDC nº 622, de 29 de fevereiro de 2022.

1.7.28. A Contratada deverá adotar todos os procedimentos de diluição, ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devendo estar descritos e disponíveis na forma de procedimentos operacionais padronizados, inclusive, com informações sobre o que fazer em caso de acidentes, derramamento de produtos químicos, protocolos de biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente. (ART, 12 e 13º da RDC nº 622, de 29 de fevereiro de 2022).

1.7.29. Conforme NR 35, considera-se trabalho em altura toda atividade executada acima de 2 (dois) metros do nível inferior, onde haja risco de queda. Para estes casos, devem ser seguidas todas as orientações recomendadas na referida Norma Regulamentadora.

1.7.30. A Contratada deve seguir todos os preceitos da RESOLUÇÃO SESA Nº 1153/2024 (Dispõe sobre Norma Técnica para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências) em sua plenitude, devendo se atentar quanto em especial ao Art. 40º, expresso pela seguinte redação: “A técnica de aplicação dos saneantes desinfestantes deve garantir a segurança dos funcionários, dos usuários do serviço e a não contaminação de alimentos, medicamentos, utensílios, máquinas, plantas, animais domésticos e silvestres, entre outros” (*omissis*).

1.7.31. Nos serviços de limpeza de caixa d’água, a Contratada deverá garantir a qualidade da água armazenada, assegurando sua potabilidade para o consumo humano.

2. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A necessidade de contratação de serviços de desinsetização e limpeza de reservatórios d’água está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sob o número 039/2025, em conformidade com o art. 11, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e nos termos da Resolução DPG nº 375/2023.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, em conformidade com o Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025.

3.2. A modalidade da contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação, tendo em vista tratar-se de serviço contínuo, com demanda certa e execução regular.

3.4. O critério de julgamento da presente contratação será o menor preço, uma vez que o objeto pode ser bem definido e aferido a partir dos requisitos técnicos que instruem a contratação.

3.5. O critério de adjudicação será por grupo, os quais foram formados por região, mostrando-se mais vantajoso, tanto do ponto de vista econômico quanto técnico, conforme justifica-se a seguir: a organização em grupos regionais permite que as empresas contratadas estejam mais próximas das sedes, otimizando a execução dos serviços e garantindo um atendimento ágil e especializado. Uma das principais vantagens dessa divisão por grupos regionais é a possibilidade de participação de empresas locais, o que aumenta a competitividade e promove o desenvolvimento do mercado regional. Empresas com atuação na própria região possuem maior familiaridade com as condições ambientais e estruturais do local, o que contribui para a aplicação de estratégias mais eficazes no controle de pragas e na manutenção da qualidade da água.

3.5.1. A formação de grupos regionais também reduz riscos operacionais, evitando a concentração dos serviços em um único fornecedor. Dessa forma, eventuais dificuldades enfrentadas por uma empresa não comprometem a continuidade dos serviços em outras regiões, fomentando a segurança da contratação e a manutenção das condições sanitárias nas sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

3.5.2. Outro aspecto relevante é a possibilidade de uma fiscalização mais eficiente, já que a divisão em grupos facilita o acompanhamento do desempenho dos fornecedores e permite um controle mais rigoroso da qualidade dos serviços prestados.

3.5.3. A escolha pela adjudicação por grupo, de forma a entregar a limpeza de caixas d'água e os serviços de dedetização e desratização a uma única empresa contratada, deriva da constatação de que esses serviços são comumente prestados de forma associada, de forma a não criar restrições na competitividade. Além disso, um dos principais componentes para a formulação de preços é a mobilização da equipe para a prestação dos serviços, de forma que a adjudicação por grupo tende a

ser aquela com maior potencial de economicidade.

3.6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.6.1. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.7. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato.

3.8. Aplica-se o tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

3.9. DA PROPOSTA

3.9.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar ou cotar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item, afastando-se a previsão contida no artigo 82, incisos II e IV da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

4.1. Da vistoria do local para formulação de proposta

4.1.1. As empresas poderão realizar vistorias nos locais de execução dos serviços, a fim de avaliar o serviço a ser executado, conferir in loco as áreas internas e externas das sedes e, caso necessário, sanarem dúvidas relativas à execução dos serviços.

4.1.2. Caso opte por realizar a vistoria, a mesma deverá ser agendada previamente pela licitante no horário a combinar com o(a) gestor de cada sede, pelo(s) e-mail(s) indicado(s) no item 9.4.2.

4.1.3. A vistoria é facultativa, a licitante que optar por não realizá-la deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento dos termos do edital e seus anexos (apêndice I), bem como das condições de realização dos serviços em cada um dos locais de sua execução.

4.1.3.1. A não realização da vistoria não constitui motivo para negativa de realização de qualquer serviço ou fornecer equipamentos objeto desta contratação.

4.2. Qualificação técnico-operacional

4.2.1. Declaração da empresa se responsabilizando integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

4.2.2. Apresentar alvará de funcionamento, devendo estar devidamente licenciado pela autoridade sanitária e ambiental competente.

4.2.3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da empresa licitante, emitida pelo respectivo Conselho Profissional, conforme o caso.

4.2.4. A empresa deverá fornecer 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica (ACT) (fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado), que comprove o quantitativo de, no mínimo, 50% do objeto a ser contratado (desinsetização/desratização e limpeza de caixa d'água), conforme Anexo IV, Art. 9º, II e Anexo IV, Art. 9º, §4º, III. A medida se justifica, para garantir que o futuro contratado tenha capacidade de desempenhar as atividades solicitadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná-DPE/PR.

4.2.5. Qualificação Técnico-Profissional

4.2.5.1. Deverá ser apresentada Certidão de Registro de Pessoa Física, emitida pelo respectivo Conselho Profissional, referente ao profissional indicado como Responsável Técnico da licitante (preencher a Declaração de Responsável Técnico constante do Apêndice II).

4.2.5.1.1. Considera-se profissional habilitado para a atividade de responsabilidade técnica aquele que possua comprovação oficial de competência para o exercício da função, emitida pelo respectivo Conselho Profissional, nos termos da Resolução RDC nº 622, de 29 de fevereiro de 2022.

4.2.5.1.2. Serão admitidas substituições do responsável técnico apenas por outro profissional com experiência equivalente ou superior e devidamente registrado como responsável técnico da proponente perante o respectivo Conselho de Classe, desde que de forma justificada e mediante prévia aprovação da DPE/PR.

4.2.5.2. O Responsável Técnico deverá comprovar vínculo com a empresa licitante, seja como integrante do quadro permanente ou como contratado autônomo, mediante apresentação de cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do Conselho Profissional, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT.

4.2.5.2.1. A exigência de comprovação do vínculo poderá ser substituída, no momento da habilitação, por declaração de compromisso futuro, devendo a documentação comprobatória ser apresentada na fase de contratação.

4.3. CERTIDÕES DE REGULARIDADE

4.3.1. Para a habilitação jurídica, a CONTRATADA deverá demonstrar ser do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, nos termos do inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021.

4.3.2. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

4.3.2.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

- 4.3.2.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital.
- 4.3.2.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal.
- 4.3.2.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 4.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 4.3.2.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.3.2.7. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
- 4.3.2.8. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 4.3.2.9. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 4.3.2.10. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.
- 4.3.2.11. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná.
- 4.3.2.12. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

- 5.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.
- 5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
- 5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
- 5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.
- 5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.
- 5.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED-PR) e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos

106 e 107 da Lei n.º 14.133.

6. DO MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal do contrato do Termo de Contrato serão designados pelo Departamento de Fiscalização de Contratos (CFIS).

6.1.1. O fiscal do contrato será designado de acordo com a indicação da Coordenadoria, ou órgão equivalente, de cada sede da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sendo, preferencialmente, o gestor operacional de cada sede.

6.1.2. O fiscal do contrato será assessorado tecnicamente, quando necessário, pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

6.2. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas por meio de ofício e/ou correspondência eletrônica, expedidas pelo gestor do contrato ou pelo fiscal do contrato.

6.2.1. Eventuais comunicações de caráter técnico serão realizadas por meio de ofício e/ou correspondência eletrônica, expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, por meio do e-mail: manutencao@defensoria.pr.def.br.

6.3. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG n° 375/2023.

6.4. A fiscalização do contrato será exercida pelo Contratante, que realizará o controle e a avaliação dos serviços fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.5. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

6.6. PREPOSTO

6.6.1. A CONTRATADA deverá indicar um representante para solucionar os problemas que possam surgir durante a execução dos serviços, disponibilizando à Defensoria Pública, no mínimo 02 números de telefone (fixo e celular) para contato imediato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

7.3. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.4. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

7.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar fielmente os serviços, de acordo com a Especificação Técnica e ainda nos termos da Legislação que rege a matéria vigente, bem como em observância às cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

8.2. Profissional técnico

8.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), dependendo do profissional Responsável Técnico, antes do início dos serviços.

8.3. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.

8.4. A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos, ferramentas e produtos para a perfeita execução dos serviços, bem como se responsabilizar pelo seu transporte.

8.5. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

8.7. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

8.8. Durante toda a execução dos serviços a CONTRATADA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados mediante crachá.

8.9. A empresa CONTRATADA deverá comunicar a Defensoria Pública imediatamente e por escrito, toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

- 8.10. Manter toda a documentação regulatória que comprove sua classificação e autorização para funcionamento, incluindo Licença Sanitária vigente e inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
- 8.11. Caso haja alteração na regulamentação aplicável à atividade contratada, a CONTRATADA deverá adaptar-se às novas exigências sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 8.12. A CONTRATADA deverá possuir e seguir um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a RDC - ANVISA Nº 222/2018 e RDC – Art 111º, RESOLUÇÃO ANVISA Nº 978, DE 6 de junho DE 2025.
- 8.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos.
- 8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste ajuste.
- 8.15. Observar em todos os seus aspectos a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. A execução do objeto da presente contratação terá início após a publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

9.2. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará a CONTRATADA do início da vigência, e a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios fornecerá os dados de contato do Gestor e do Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar a execução do objeto contratado.

9.3. Reunião de Alinhamento do Cronograma de Serviços

9.3.1. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura, por meio dos seus órgãos e do fiscal de contrato designado, contatará a CONTRATADA para realização de reunião inicial para alinhamento do início da prestação dos serviços.

9.3.1.1. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias da publicação do contrato.

9.3.1.2. A reunião tem como objetivo apresentar à CONTRATADA uma análise detalhada das atividades a serem desempenhadas, esclarecimento de dúvidas, definição de cronogramas e alinhamento das diretrizes operacionais.

9.4. Diretrizes para Execução dos Serviços

9.4.1. Com base no cronograma definido na reunião inicial, os gestores operacionais de cada sede enviarão a Ordem de Serviço, indicando a data para prestação do serviço, em prazo não inferior a 20 (vinte) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço.

9.4.1.1.1. Os serviços deverão ser executados em dias úteis, mediante agendamento prévio, entre 09 e 18 horas.

9.4.1.1.2. Caso ocorra a impossibilidade de realização dos serviços na data agendada, deverá ser feita a comunicação pela empresa à sede com no mínimo 3 (três dias úteis) já prevendo uma nova data para a realização dos serviços, que será aprovada ou não pelo gestor local.

9.4.1.2. Os serviços objeto desta contratação serão realizados com periodicidade semestral.

9.4.1.3. Iniciado o serviço, sua execução deverá ocorrer, preferencialmente, no mesmo dia.

9.4.2. Os serviços deverão ser executados nas seguintes sedes:

9.4.2.1. Sede Administrativa - R. Mateus Leme, 1908, Centro Cívico, 80530-010 – Curitiba-PR.

9.4.2.2. Sede Núcleos/EDEPAR/Corregedoria – R. Benjamin Lins, 779, Batel, 80420-100 – Curitiba-PR.

9.4.2.3. Sede Central de Atendimento – R. José Bonifácio, 66, Centro, 80020-130 – Curitiba-PR.

9.4.2.4. São José dos Pinhais - Largo Vereador Segismundo Salata, 192, Centro, 83005-115 – Curitiba-PR.

9.4.2.5. Centro de Distribuição e Logística (CDL) - Av. São Gabriel, 433, Roça Grande, 83404-642 – Curitiba-PR.

9.4.2.6. Centro integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (CIAADI) – R. Pastor Manoel Virgílio de Souza, nº 1.310, Capão do Imbuia, 82810-400 – Curitiba-PR.

9.4.2.7. Complexo Penitenciário Piraquara (DEPEN) - R. Isídio Alves Ribeiro, Planta Meireles, Complexo Penitenciário, 83304-240 – Curitiba-PR.

9.4.2.8. Paranaguá - Edifício Paranaguá Business Center – R. Baronesa do Cerro Azul, 937, João Gualberto, 83203-550.

9.4.2.9. Sede Londrina - Av. Bandeirantes, 263, Vila Ipiranga, 86010-020.

9.4.2.10. Sede Maringá - Av. Tiradentes, 1289, Zona 4, 87013-344.

9.4.2.11. Ponta Grossa - Fórum Estadual – R. Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 300, Oficinas, 84035-310.

9.4.2.12. Sede Castro - R. Padre Damaso, 81, Centro, 84165-210.

9.4.2.13. Sede Cascavel - R. São Paulo, 346, Centro, 85801-020.

9.4.2.14. Sede Foz do Iguaçu – Av. Brasil, nº 1829, Centro, Edifício Comercial Life, 85851-000.

9.4.2.15. Sede Guarapuava – Av. Manoel Ribas, 2537, Centro, 85010-180.

9.4.2.16. Sede de União da Vitória - R. Costa Carvalho, 495, Centro, 84600-000.

9.4.2.17. Sede Pato Branco - Fórum Estadual – R. Maria Bueno, 284, Samburgaro, 85501-560

9.4.2.18. Sede Francisco Beltrão – R. Tenente Camargo, 1312, Presidente Kennedy, 85605-090.

9.4.2.19. Sede Cornélio Procopio - Av. Santos Dumont, 635, Centro, 86300-000.

9.4.2.20. Sede Apucarana - R. Professor Erasto Gaertner, 126, Centro, 86800-280.

9.4.2.21. Sede Campo Mourão – R. Santa Cruz, 923, Centro, 87300-440.

9.4.2.22. Sede Umuarama – R. Desembargador Munhoz de Mello, 3792, 2º andar - Zona I, 87501-180.

9.4.2.23. Sede Cianorte – R. Fernão Dias, 95, Zona 1, 87200-107.

9.4.2.24. Sede Paranavaí – R. Getúlio Vargas, 620, Centro, 87702-290.

9.4.3. Condições Gerais

9.4.3.1. Os locais para a prestação de serviço poderão ser alterados em virtude de mudanças nos endereços inicialmente previstos ou da instalação de novas unidades da Defensoria Pública no Estado do Paraná, mediante comunicação prévia à contratada.

9.4.4. Os serviços a serem realizados devem prever a solução completa, considerar os locais da realização dos serviços, questões de deslocamento, horário de funcionamento e acessibilidade aos locais de realização dos serviços.

9.5. Recebimento do objeto

9.5.1. O objeto será recebido provisoriamente pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento do documento de cobrança.

9.5.2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

9.5.3. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer desconformidade ou falha na execução cuja responsabilidade seja da CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após a resolução dos problemas levantados.

9.5.4. O recebimento definitivo de ambos os tipos de serviços fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.5.5. Se a CONTRATANTE verificar inconsistência na execução do objeto ou na documentação/instrumento de cobrança, o recebimento definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.5.6. Na hipótese anterior, o prazo para recebimento será interrompido, apenas

sendo iniciado novamente – ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo reiniciará do zero – após a regularização da pendência.

9.5.7. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução da totalidade do objeto contratual, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

9.5.8. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.

9.5.9. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9.5.10. Caso seja constatada qualquer desconformidade do objeto em relação às especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá refazer o serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados a partir da comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA (ordem de refazimento).

9.5.11. O objeto será recusado caso seja executado em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e demais documentos vinculados a esta contratação, salvo quando forem utilizadas especificações equivalentes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante procedimento interno devidamente formalizado, observados os limites da discricionariedade administrativa.

9.5.12. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento definitivo sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, considerar-se-á definitivamente aceito pela CONTRATANTE o objeto contratual, para todos os efeitos.

9.5.13. Os itens adquiridos no âmbito desta licitação deverão estar garantidos pela CONTRATADA contra vícios de qualidade do serviço, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, conforme previsto no art. 26, II do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

9.5.13.1. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os serviços necessários para assegurar a plena conformidade dos objetos contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1. A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais, conforme disposto em minuta contratual.

11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

11.1. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

11.2. O responsável deverá utilizar este Instrumento de Medição de Resultado para verificar a execução dos serviços no momento de atestar a Nota Fiscal;

11.3. O ajuste de pagamento será feito com base na aferição final, devendo o responsável no dia do evento encaminhar este IMR com a devida aferição até o 2º dia útil após o ocorrido para a CFIS – Coordenadoria Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios;

11.4. Este será o modelo de check-list para verificação da qualidade dos serviços conforme objeto descrito no Termo de Referência;

11.5. Todas as ocorrências devem ser anotadas pela pessoa responsável devendo esta registrá-las apontando o dia e horário da ocorrência;

11.6. O documento descrito no item 11.5, deve constar assinatura do responsável da DPE/PR.

11.7. Previamente à aplicação das penalidades apontadas pelo responsável do evento, poderá a empresa Contratada apresentar defesa, no prazo de 48 horas contado a partir da data em que for notificada a respeito.

11.8. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa por parte do fornecedor, apenas em casos que se tenha dúvida sobre a ocorrência do fato que gerou a penalidade, por se tratar de um procedimento que de forma geral tem seus critérios objetivos e claros;

11.9. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo responsável da DPE/PR, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	PONTOS	INCIDÊNCIA
1	Ausência de relatório de execução devidamente preenchido e assinado	1	Por serviço realizado
2	Má qualidade dos serviços prestados (presença de insetos e/ou roedores ou presença de sujidades na água), identificada após a solicitação dos serviços	4	Por ocorrência
2	Ausência injustificada no dia da aplicação/limpeza das caixas/reservatórios	3	Por ocorrência
3	Reagendamento do serviço sem justificativa formal aceita ou atraso superior à 2 (duas) horas do início dos serviços	2	Por ocorrência
4	Utilização de produto fora das especificações	5	Por serviço realizado

11.10. Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará descontos nos valores de cada serviço conforme a seguinte metodologia: durante o mês de competência, as ocorrências serão analisadas de acordo com os critérios de

desempenho, grau e a incidência. O desconto será realizado no pagamento correspondente de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo:

AFERIÇÃO	
Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor do serviço
Até 2 pontos	Notificação
De 2 a 5 pontos	10%
De 6 a 10 pontos	15%
De 11 a 15 pontos	20%
De 16 a 20 pontos	25%
Acima de 20 pontos	30%

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

12.2. O pagamento será efetuado de maneira pontual, após cada serviço realizado.

12.3. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis.

12.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

12.5. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-DI/FGV.

12.8. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou

exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.9. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.10. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual modificação da ordem.

13. DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **01.10.2025 a 31.09.2026**.

13.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

13.3. As demais disposições relativas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estão previstas em capítulo específico do instrumento contratual.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. De acordo com o Art. 361 do Decreto Estadual no 10086, de 17 de janeiro de 2022, para aquisição de bens e serviços, as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber.

15.1.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

15.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

15.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

15.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

15.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

15.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

15.1.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e

serviços contratados; e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

15.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão, ainda, pautar-se nos seguintes princípios e diretrizes:

15.2.1. Observância de produtos químicos, priorizando a aplicação de substâncias de menor toxicidade e impacto ambiental, devidamente registradas na ANVISA, de uso racional de insumos modo a prevenir a poluição e a preservar a saúde pública e o meio ambiente.

15.2.2. Adoção, sempre que possível, de práticas sustentáveis que promovam a eficiência operacional e a mitigação de danos ambientais.

15.2.3. Emprego de produtos biodegradáveis ou com baixa toxicidade, devidamente aprovados pelos órgãos de controle sanitário e ambiental competentes.

15.2.4. Adoção de barreiras físicas e técnicas integradas de manejo de pragas como alternativas ao uso intensivo de produtos químicos.

15.2.5. Implementação de logística reversa para o descarte de embalagens e resíduos químicos, conforme as normativas ambientais vigentes, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

15.2.6. Capacitação dos profissionais envolvidos quanto às práticas de controle ambientalmente seguras, com foco na prevenção de contaminações acidentais e na segurança da comunidade atendida.

16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente ajuste, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023; da Lei Complementar nº 123/2006¹; da Lei nº 13.709/2018²; da Deliberação CSDP nº 21/2022³; da Lei nº 8.078/1990⁴; bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto deste ajuste.

17. DO FORO

17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

¹ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

² Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

³ Disciplina a aplicação da LGPG no âmbito da Defensoria Pública do Paraná (https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/deliberacao_021_-_aplicacao_da_ldpd_no_ambito_da_dpepr.as_.pdf).

⁴ Código de Defesa do Consumidor.

APÊNDICE I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

TERMO DE VISTORIA
PREGÃO ELETRÔNICO N° _____ / 202__ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO DO PREGÃO: Contratação de Serviços de Jardinagem incluindo fornecimento de mão de obra, material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços para todas as sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR listadas.

() Declaro, como representante da empresa
_____ que visitamos o(s) local(ais) dos serviços
referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no Edital da
Licitação, estando ciente de todos os detalhes dos imóveis objeto de nossa
proposta.

() Declaro, como representante da empresa
_____ que **NÃO** visitamos o(s) local(ais) dos
serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no
Edital da Licitação, estando ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria dos
imóveis objeto de nossa proposta.

Desse modo, se os vencedores deste pregão eletrônico, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos a serem realizados de acordo com o edital e demais documentos instrutores.

_____, _____ de _____ de 202__.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
NOME:

APÊNDICE II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

A

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Comissão Permanente de Licitação

O abaixo assinado, _____, Identidade nº _____ e CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____, vem pela presente indicar a Vossa Senhoria o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelo ____ (descrição do item conforme listado no edital – indicar o item do Termo De Referência) _____, de acordo com o solicitado neste Termo de Referência.

1. Responsável técnico pelos serviços:

Nome:

Assinatura:

CREA: (quando couber):

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Email:

Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:

RG:

CPF:

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 1	Curitiba e Região Metropolitana - Sede Administrativa – R. Mateus Leme, 1908, Centro Cívico, 80530-010. Curitiba-PR				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE TOTAL (12 meses)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 meses)
1	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza em Caixa d'água Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 10.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura do prédio	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
2	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza em Caixa d'água Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 5.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
3	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Cisterna de d'água pluvial Tipo de reservatório: cisterna d'água pluvial em PVC Capacidade de cada caixa: 14.000 litros Quantidade: 1 Cisterna Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -1.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
4	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Caixa d'água potável. Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 310 litros Quantidade: 4 Caixas d'água. Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses)	(R\$)	8 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

5	UNIDADE	Localização: Cobertura. CATSER: 13595 Limpeza de Caixa d'água potável. Tipo de reservatório: Caixa d'água potável em PVC Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 1 Caixa d'água. Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
6	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 Desinsetização e Desratização (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (4.381,79 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL SEDE 1					
(SEDE 2) - Sede Núcleos/EDEPAR/Corregedoria – R. Benjamin Lins, 779, Batel, 80420-100. Curitiba-PR					
7	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Caixa d'água potável Tipo de reservatório: Caixa d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 15.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura do Anexo.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa)	(R\$)
8	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Cisterna de d'água potável Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 15.500 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
9	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Cisterna de d'água pluvial Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 16.600 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -1.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
10	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Cisterna de d'água pluvial Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 6.600 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
11	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Poço de inspeção d'água pluvial Tipo de reservatório: Poço d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 2.500 litros Quantidade: 1 Poço de inspeção d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo -2.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por poço)	(R\$)
12	APLICAÇÃO	CATSER: 3417	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

		Desinsetização e Desratização (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (3.130,22m²)			
TOTAL SEDE 2					
(SEDE 3) - Sede Central de Atendimento – R. José Bonifácio, 66, Centro, 80020-130 Curitiba-PR					
13	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Caixa d'água potável Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 3.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
14	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Caixa d'água potável Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 5.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Cobertura.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
15	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Cisterna de d'água pluvial Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 3.000 litros Quantidade: 3 Cisternas de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro dos banheiros do Térreo.	(R\$)	6 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
16	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Cisterna de d'água potável Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 62.500 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
17	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 Desinsetização e Desratização (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (3.613,99 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL SEDE 3					
(SEDE 04) - São José dos Pinhais - Largo Vereador Segismundo Salata, 192, Centro, 83005-115.					
18	UNIDADE	CATSER: 13595 Limpeza de Caixa d'água potável Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
19	UNIDADE	CATSER: 3417 Desinsetização e Desratização (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (508,27 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL SEDE 4					
(SEDE 05) Centro de Distribuição e Logística (CDL) - Av. São Gabriel, 433, Roça Grande, 83404-642.					
20	UNIDADE	CATSER: 13595	(R\$)	6	(R\$)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

		<u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 3 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.		(Duas limpezas anuais por caixa d'água)	
21	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1645,00 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL SEDE 5					
(SEDE 06) Centro integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (CIAADI) – R. Pastor Manoel Virgílio de Souza, nº 1.310, Capão da Imbuia, 82810-400.					
22	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 310 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro Copa.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
23	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (75,55 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL SEDE 6					
(SEDE 07) Complexo Penitenciário Piraquara (DEPEN) - R. Isídio Alves Ribeiro, Planta Meireles, Complexo Penitenciário, 83304-240.					
24	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
25	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (61,4 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL SEDE 7					
TOTAL GRUPO 1 R\$					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

LITORAL - Paranaguá - Edifício Paranaguá Business Center – R. Baronesa do Cerro Azul, 937, João Gualberto, 83203-550.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

26	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (407,55 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL DO ITEM					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 2	REGIÃO CENTRO ORIENTAL – (SEDE 1) Ponta Grossa - Fórum Estadual – R. Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 300, Oficinas, 84035-310.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
27	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 3.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
28	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.551,10 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL					
REGIÃO CENTRO ORIENTAL – (SEDE 2) - Sede Castro - R. Padre Damaso, 81, Centro, 84165-210.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
29	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400,00 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL GRUPO 2					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
	OESTE I - Sede Foz do Iguaçu – Av. Brasil, nº 1829, Edifício Comercial Life, Centro, 85851-000				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
30	APLICAÇÃO	CATSER: 3417	(R\$)	2	(R\$)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

		<u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (688,30 m²)		(Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	
TOTAL DO ITEM					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
OESTE II- Sede Cascavel - R. São Paulo, 346, Centro, 85801-020.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
31	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (654,00 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL DO ITEM					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 3	CENTRO-SUL - Sede Guarapuava – Av. Manoel Ribas, 2537, Centro, 85010-180.				
	ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)
32	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Forro.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
33	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.212,97 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL GRUPO 3					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
CENTRO-SUL II - Sede de União da Vitória - R. Costa Carvalho, 495, Centro, 84600-000.					

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
34	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400,00 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL DO ITEM R\$					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

GRUPO 4					
SUDOESTE – (SEDE 1) - Sede Pato Branco - Fórum Estadual – R. Maria Bueno, 284, Sambugaro, 85501-560.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
35	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400,00 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL					
SUDOESTE – (Sede 2) - Francisco Beltrão – R. Tenente Camargo, 1312, Presidente Kennedy, 85605-090.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
36	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses)	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
37	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (504,00 m²)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL					
TOTAL GRUPO 4					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

GRUPO 5					
CENTRO-OCIDENTAL/NOROESTE – (Sede 1) Campo Mourão – R. Santa Cruz, 923, Centro, 87300-440.					

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
38	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Local: Forro.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
39	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (373,75 m²).	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL					
CENTRO-OCIDENTAL/NOROESTE (SEDE 02) Cianorte – R. Fernão Dias, 95, Zona 1, 87200-107.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
40	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400 m²).	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL					
TOTAL GRUPO 5					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 6	Região Noroeste II - Sede Paranavai – R. Getúlio Vargas, 620, Centro, 87702-290.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
41	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 1 Caixa d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses).	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
42	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (400 m²).	(R\$)	2 2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL GRUPO 6					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
------------------------------------	--	--	--	--	--

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Região Noroeste III - Sede Umuarama – R. Desembargador Munhoz de Mello, 3792, 2º andar - Zona I, 87501-180.					
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
43	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (283,57 m²).	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
					TOTAL DO ITEM

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 7	REGIÃO NORTE I - Sede Londrina - Av. Bandeirantes, 263, Vila Ipiranga, 86010-020.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
44	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 9.500 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Local: Forro.	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
45	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Cisterna de d'água pluvial</u> Tipo de reservatório: Cisterna de d'água em PVC. Capacidade de cada caixa: 8.000 litros Quantidade: 1 Cisterna de d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Localização: Subsolo.	(R\$)	2 (Duas limpezas anuais por cisterna)	(R\$)
46	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização</u> (em conjunto) Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.576,17 m²).	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
					TOTAL GRUPO 7

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 8	REGIÃO NORTE II - Sede Maringá - Av. Tiradentes, 1289, Zona 4, 87013-344.				

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
47	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 500 litros Quantidade: 4 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Local: Forro.	(R\$)	8 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
48	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (1.444,77 m²).	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL GRUPO 8					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
GRUPO 9	REGIÃO NORTE III - Sede Apucarana - R. Professor Erasto Gaertner, 126, Centro, 86800-280.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
49	UNIDADE	CATSER: 13595 <u>Limpeza de Caixa d'água potável</u> Tipo de reservatório: Caixa d'água em alvenaria. Capacidade de cada caixa: 1.000 litros Quantidade: 2 Caixas d'água Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses).	(R\$)	4 (Duas limpezas anuais por caixa d'água)	(R\$)
50	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses) Todas as áreas do prédio (534,76 m²).	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)
TOTAL GRUPO 9					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP					
	REGIÃO NORTE - Sede Cornélio Procópio – Av. Santos Dumont, 635, Centro, 86300-000.				
ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR TOTAL MÁX. DO ITEM (12 MESES)
51	APLICAÇÃO	CATSER: 3417 <u>Desinsetização e Desratização (em conjunto)</u> Periodicidade da limpeza: Semestral (a cada 6 meses)	(R\$)	2 (Duas aplicações anuais que compreende os serviços de desinsetização e desratização conjuntamente)	(R\$)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	Todas as áreas do prédio (571,81 m²).		
			TOTAL DO ITEM

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	<input type="checkbox"/>	NÃO
	<input type="checkbox"/>	CELEBRAMOS
	<input type="checkbox"/>	contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
	<input type="checkbox"/>	CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025 – Protocolo n.º 24.0.000001679-5



Processo nº 24.0.000001679-5

CONTRATO Nº [XXX/aaaa]
(V2. 04/08/2025)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]** para prestação de serviços contínuos de controle de pragas urbanas **[e de limpeza de reservatórios de água]**.

Nota explicativa: Manter a expressão “e de limpeza de reservatórios de água” se o(s) grupo(s) objeto deste contrato contemplar(em) essa categoria do objeto da licitação, conforme a adjudicação do certame.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº **[XXXXXXX]**, sediada na **[Rua/Avenida XXXXXX]**, nº **[XXX]**, bairro **[XXXXXX]**, **[Cidade]-[UF]**, CEP **[XXXXXX]**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[NOME COMPLETO]**, CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme **[ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos]**,

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação **do[a] [Modalidade de licitação]** nº **[XXX/XXXX]** (Processo nº **[XXXXXX]**), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **prestação de serviços contínuos de controle integrado de pragas urbanas (desinsetização e desratização) [e de limpeza de reservatórios de água]**, conforme discriminado na tabela a seguir:

Nota explicativa: Manter a expressão “e de limpeza de reservatórios de água” se o(s) grupo(s) objeto deste contrato contemplar(em) essa categoria do objeto da licitação, conforme a adjudicação do certame.

GRUPO [XX]					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
[...]	Desinsetização/desratização: [especificar a área e indicar a metragem]	Aplicação	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
[...]	Limpeza de reservatórios de água: [especificar o(s) reservatório(s) e indicar a(s) capacidade(s)]	Limpeza	[XX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR TOTAL DO GRUPO:					R\$ [XXX]

Nota explicativa: Adaptar a tabela constante na Cláusula 2.1 de modo a contemplar o(s) grupo(s) e item(s) objeto deste contrato, conforme a adjudicação do certame..

2.2. O escopo do objeto deste Termo de Contrato abrange os seguintes serviços, sem prejuízo da execução de ações correlatas e eventualmente não elencadas, mas essenciais à plena execução contratual:

2.2.1. Controle integrado de pragas urbanas: execução de serviços de desinsetização e desratização, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação.



2.2.2. Limpeza dos reservatórios de água: execução de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água potável, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais e produtos necessários, conforme especificações constantes no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação.

Nota explicativa: Adotar essa redação para a Cláusula 2.2 se o(s) grupo(s) objeto deste contrato contemplar(em) as duas categorias do objeto da licitação, conforme a adjudicação do certame.

OU

2.2. O escopo do objeto deste Termo de Contrato abrange os serviços de desinsetização e desratização, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação, sem prejuízo da execução de ações correlatas e eventualmente não elencadas, mas essenciais à plena execução contratual.

Nota explicativa: Adotar essa redação para a Cláusula 2.2 se o(s) grupo(s) objeto deste contrato contemplar(em) apenas a categoria de objeto “desinsetização e desratização”, conforme a adjudicação do certame.

2.3. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução contratual será de **empreitada por preço unitário**.

4.2. A execução do objeto terá início na data em que se inicia a vigência contratual, nos termos da Cláusula 3.1, e deverá ser executada na[s] seguinte[s] sede[s]:

- [Sede XXX – Rua/Avenida XXX, nº XXX, bairro XXX, Cidade-UF].

- [...].

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas Partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

4.4. A execução contratual será avaliada mensalmente por meio do **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**, conforme os indicadores de desempenho estabelecidos no Anexo I, que integra este contrato.

4.5. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, em conformidade com o disposto neste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023² e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX]; Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto[a]: [XXXXXX].

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de

² Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.5.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.5.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela própria realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.6. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.7. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.8. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.9. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas Partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

7.3. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da data de recebimento do documento de cobrança.

7.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato e os demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

7.4. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

7.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de



especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: **[XXXXXX]**, Detalhamento: **[XXXXXX]**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em favor da CONTRATADA em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação, compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando como data-base: **[dd/mm/aaaa]**, mediante a aplicação da variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.3. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.4. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

12.5. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

12.6. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

12.II. DA REVISÃO

12.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.8. A revisão dos preços originalmente contratados estará condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.8.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados no contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

12.8.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

12.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.9, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

12.10 A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 12.9.2.

12.10.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente tal necessidade à

CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.10 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor³ e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

³ Lei nº 8.078/1990.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE PARA suas dependências.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁴, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁵ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁶.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

⁴ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁵ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁶ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018⁷ e à Resolução DPG nº 318/2023⁸, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão do contrato, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

⁷ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

⁸ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018⁹ e à Resolução DPG nº 318/2023¹⁰, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

15.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 15.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as Partes contratantes.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁰ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹¹, bem como nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

16.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹² da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹³ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5%**

¹¹ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹² “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹³ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁴ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”



(meio por cento) nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

16.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

16.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

16.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

16.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as Partes contraentes.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 17.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

17.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato se efetive com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁵ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

17.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. A extinção do contrato poderá ser:

17.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.4.2. consensual, por acordo entre as Partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

17.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

17.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. indenizações e multas.

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

¹⁵ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”



17.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as Partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

18.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁶; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁷; da Lei nº 13.709/2018¹⁸; da Deliberação CSDP nº 21/2022¹⁹; da Lei nº 8.078/1990²⁰, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do

¹⁶ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁷ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

¹⁸ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁹ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²⁰ Código de Defesa do Consumidor.



Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam este Termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²¹.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

²¹ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme os indicadores de desempenho estabelecidos na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Item	Descrição do Indicador de Desempenho	Pontos	Incidência
1	Ausência de relatório de execução devidamente preenchido e assinado	1	Por serviço realizado
2	Má qualidade dos serviços prestados (presença de insetos e/ou roedores ou presença de sujidades na água), identificada após a solicitação dos serviços	4	Por ocorrência
3	Ausência injustificada no dia da aplicação/limpeza das caixas/reservatórios	3	Por ocorrência
4	Reagendamento do serviço sem justificativa formal aceita ou atraso superior a 2 (duas) horas do início dos serviços	2	Por ocorrência
5	Utilização de produto fora das especificações	5	Por serviço realizado

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos nos valores devidos pelos serviços prestados utilizando a seguinte metodologia: (i) as ocorrências registradas serão avaliadas com base nos critérios de desempenho, pontos e frequência de incidência; (ii) o desconto será efetuado no pagamento correspondente, com base no somatório da pontuação atribuída às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE DESCONTOS

Pontos acumulados	Percentual de desconto (% do valor do serviço)
Até 2	Notificação
De 2 a 5	10%
De 6 a 10	15%
De 11 a 15	20%
De 16 a 20	25%
Acima de 20	30%